

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Apresentação da 51ª edição</i>	XXVII
<i>Apresentação da 50ª edição</i>	XXIX
<i>Apresentação</i>	XXXI
<i>Nota do Editor à 50ª edição</i>	XXXIII

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais.....	1
2 – Definição	2
3 – Natureza	2
4 – Relações com outros ramos do Direito	3
5 – Objetivo.....	4
5-a – Novos rumos do direito processual civil	4
5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno	6

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	8
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	8
8 – O processo civil romano.....	9
9 – Processo comum.....	10
10 – O processo civil moderno (fase científica)	11
11 – Direito processual civil brasileiro	11
12 – Regulamento nº 737.....	12
13 – Códigos estaduais	13
14 – Códigos unitários.....	13
15 – O novo Código.....	13
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	14
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional	15

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais.....	18
17 – Lei processual	18
18 – A lei processual no tempo	19
19 – A lei processual no espaço	20
20 – Interpretação das leis processuais	21

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais: princípios universais.....	23
21-a. Princípios gerais específicos do direito processual civil	25

22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal.....	26
22-a – Processo legal e processo justo	28
22-b. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	31
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	32
24 – Princípio do contraditório.....	33
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	35
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual.....	36
27 – Princípio da verdade real.....	37
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	38
29 – Princípio da publicidade.....	38
30 – Princípio da economia processual	39
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	40

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	41
33 – Justiça privada e justiça pública	41
34 – Jurisdição	42
35 – Características da jurisdição.....	44
36 – Imparcialidade e disponibilidade.....	45
37 – Objetivo da jurisdição	46
38 – Princípios fundamentais.....	46
39 – Jurisdição civil	47
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	47
41 – Substitutivos da jurisdição	48
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	49
41-b. Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito.....	51

§ 6º – Processo

42 – Conceito.....	54
43 – Processo e procedimento.....	55
43-a – Características do procedimento	57
44 – Autonomia do processo.....	57
45 – Espécies de processo.....	58
46 – Funções do processo.....	59
47 – Independência dos processos	59
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	60
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência	61
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	61

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça.....	63
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	63
50 – Autonomia do direito de ação.....	64
51 – A evolução do conceito de ação	64
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	66
51-b – A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	66
52 – Condições da ação.....	67
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	69
54 – Pressupostos processuais	74
55 – Classificação das ações	76

55-a – Ação e pretensão.....	77
55-b – Ação e causa	78
55-c – Elementos identificadores da causa	78
56 – A defesa do réu	79
57 – Espécies de resposta	80

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo	
58 – Visão dinâmica e estática do processo	81
59 – A relação processual.....	82
60 – Classificação dos elementos do processo.....	82
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais.....	83
62 – Direitos processuais.....	83
63 – Obrigações processuais.....	83
64 – Deveres processuais.....	83
65 – Ônus processuais	84

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes.....	85
67 – Nomenclatura	86
68 – Substituição processual	86
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	88
70 – Capacidade processual	88
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	89
72 – Curatela especial	91
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	91
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	93
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres.....	94
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	95
76 – Responsabilidade das partes por dano processual.....	96
76-a – Direitos.....	97
76-b – Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves.....	97
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo	99
78 – Antecipação das despesas	99
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	100
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	101
81 – Sucumbência recíproca	102
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	102
83 – Multas.....	103
84 – Honorários de advogado	103
85 – Cabimento dos honorários	103

86 – Inoperância da sucumbência.....	105
87 – Fixação dos honorários.....	105
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	106
89 – Execução dos honorários.....	107
90 – Assistência judiciária.....	107

§ 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação.....	110
92 – O mandato judicial.....	110
93 – Direitos e deveres.....	111

§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores

94 – Substituição de parte.....	113
95 – Substituição do advogado.....	114

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio

96 – Pluralidade de partes.....	115
97 – Classificações.....	115
98 – Espécies de litisconsórcio.....	116
99 – Sistema do Código.....	117
100 – Casos legais de litisconsórcio.....	117
101 – Litisconsórcio necessário.....	118
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	119
103 – Litisconsórcio facultativo recusável.....	121
104 – Posição de cada litisconsorte no processo.....	121
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	123

§ 16 – Intervenção de Terceiros

106 – Conceito.....	124
107 – Classificações.....	124

§ 17 – Oposição

108 – Conceito.....	126
109 – Competência.....	127
110 – Procedimento.....	127
111 – Julgamento da oposição.....	128

§ 18 – Nomeação à Autoria

112 – Conceito.....	130
113 – Pressuposto da nomeação à autoria.....	130
114 – Procedimento.....	130
114-a – Recurso.....	131

§ 19 – Denúnciação da Lide

115 – Conceito.....	133
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	135
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	136
116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide.....	137
117 – Objetivo do incidente.....	137
118 – Legitimação.....	138

119 – Procedimento	138
120 – Efeitos da denúncia da lide	139
120-a – Recursos	141
120-b – Execução da sentença	141
120-c – Execução da sentença pelo denunciante	142
121 – Denúncias sucessivas	143

§ 20 – Chamamento ao Processo

122 – Conceito	146
123 – Casos de admissibilidade do incidente	146
124 – Procedimento	147
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor	148
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	148

§ 21 – Assistência

125 – Conceito	150
126 – Pressupostos da intervenção	150
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	151
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	152
129 – Procedimento	152
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	153
130-a – Assistência provocada	154
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	155

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público

131 – Conceito	159
132 – Funções	159
133 – Natureza	160
134 – Ministério Público como parte	161
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	161
136 – Ausência do Ministério Público no processo	162
137 – Órgãos do Ministério Público	162
138 – Princípios e garantias	162

Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência

139 – Conceito	165
140 – Distribuição da competência	165
141 – Classificação da competência	166

§ 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais	167
143 – Espécies de competência internacional	167
144 – Competência concorrente e litispendência	168

§ 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais	169
146 – Competência em matéria civil	170
147 – Competência da Justiça Federal	170

148 – Competência das Justiças Estaduais.....	171
§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades.....	173
150 – Competência do foro e competência do juiz.....	174
151 – Divisão da competência do foro.....	174
152 – Cumulatividade de juízos competentes.....	174
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	174
§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa.....	177
155 – Competência em razão da matéria.....	177
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito.....	178
157 – Classificação.....	178
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito.....	180
159 – Foro comum	180
160 – Foros subsidiários ou supletivos.....	181
161 – Foros especiais.....	181
162 – Ações reais imobiliárias.....	181
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	182
164 – Foro da União e dos Territórios Federais.....	183
165 – Foros <i>ratione personae</i>	184
166 – Foro das pessoas jurídicas.....	185
166-a – Foro dos Estados e Municípios.....	185
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.....	186
168 – Foro relativo à arbitragem.....	186
168-a – Foro do idoso.....	187
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa	188
170 – Prorrogação de competência.....	189
171 – Prorrogação legal.....	189
172 – Efeito prático	190
173 – Prevenção.....	191
174 – Outros casos de prorrogação legal.....	193
175 – Conexão entre ação penal e ação civil.....	193
176 – Prorrogação voluntária.....	194
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	196
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão	196
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência.....	198
178 – Exceção de incompetência.....	198
179 – Incompetência absoluta	199
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão)	199
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais.....	202
181 – Procedimento do conflito.....	203
182 – Efeitos do conflito	204

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário brasileiro	207
184 – Duplo grau de jurisdição	209
185 – Jurisdição extraordinária	209
186 – Competência	209
187 – Disciplina da magistratura.....	210
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes.....	211
189 – Requisitos de atuação do juiz	211
190 – Garantias da magistratura	212
191 – Poderes e deveres do juiz.....	212
191-a – Atividade criativa do juiz.....	214
192 – Responsabilidade do juiz	215
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	215
194 – Casuísimo legal.....	216
194-a – Juiz-testemunha	216
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	217
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo.....	218
197 – Escrivão	218
198 – Oficial de justiça.....	219
199 – Perito	220
200 – Depositário e administrador.....	220
201 – Intérprete.....	221
202 – Outros auxiliares eventuais.....	221

Parte III – Atos Processuais**Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais**

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito.....	223
204 – Agentes	224
205 – Atos do processo e atos do procedimento.....	225
206 – Classificação dos atos processuais	225
207 – Forma dos atos processuais.....	225
208 – Publicidade	227
209 – Meios de expressão.....	228
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.....	228
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil	230
209-c – O processo eletrônico no STF	232
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	234
211 – Eficácia dos atos das partes	235
212 – Petições e autos suplementares	235
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.....	235

§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz.....	236
215 – Atos decisórios	236
216 – Definições legais.....	237
217 – Decisão interlocutória.....	237
218 – Despachos	238
219 – Sentença.....	239
220 – Atos não-decisórios.....	241
221 – Forma dos atos decisórios.....	241
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	243
223 – Autuação.....	244
224 – Termos processuais.....	244
225 – Forma dos termos	244

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo	247
227 – Feriados e férias forenses	248
228 – O lugar	250
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais.....	251
230 – Classificação	252
231 – Natureza dos prazos.....	252
232 – O curso dos prazos.....	253
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	254
233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico	256
234 – Prazos para recurso.....	257
234-a – Ciência inequívoca.....	258
235 – Termo final	259
236 – Preclusão	260
237 – Prazos para as partes.....	261
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	261
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	262
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	262
241 – Inobservância de prazo da parte.....	262
242 – Inobservância dos prazos do juiz	263

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual.....	265
244 – Forma dos atos de comunicação	265
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo.....	266
246 – Requisitos das cartas	266
247 – Cumprimento das cartas	266
248 – Cartas urgentes.....	267
249 – Custas nas cartas	267
250 – Cartas rogatórias	268

§ 43 – Citação	
251 – Conceito.....	269
252 – Suprimento da citação.....	270
253 – Destinatário da citação inicial.....	270
254 – Local da citação.....	271
255 – Impedimento legal de realização da citação.....	271
256 – Modos de realizar a citação.....	271
257 – Citação por oficial de justiça.....	272
258 – Citação com hora certa.....	273
259 – Citação pelo Correio.....	274
260 – Citação por edital.....	275
260-a – Citação por meio eletrônico.....	277
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	277
262 – Efeitos da citação.....	277
263 – Prevenção.....	278
264 – Litispendência.....	278
265 – Litigiosidade.....	278
266 – Mora.....	278
267 – Prescrição.....	279
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	279

§ 44 – Intimações	
269 – Conceito.....	281
270 – Forma.....	281
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	283
272 – Aperfeiçoamento da intimação.....	284
273 – Intimação em audiência.....	285
274 – Intimação por edital ou com hora certa.....	285
275 – Efeitos da intimação.....	285
275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública.....	286

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias.....	289
277 – Registro.....	289
278 – Distribuição.....	289
279 – Distribuição por dependência.....	290
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	291
280 – Valor da causa.....	294
281 – Impugnação ao valor da causa.....	296

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito.....	297
283 – Espécies de vícios do ato processual.....	297
284 – Atos inexistentes.....	298
284-a – Noção de nulidade.....	298
285 – Atos absolutamente nulos.....	299
286 – Atos relativamente nulos.....	299
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	300
288 – Sistema de nulidades do Código.....	300

289 – Nulidades cominadas pelo Código.....	301
290 – Nulidades da citação e intimação	302
291 – Arguição das nulidades	302
292 – Momento da arguição	303
293 – Decretação de nulidade	303
294 – Efeitos da decretação.....	303

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais.....	305
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo.....	306
297 – Sujeitos da relação jurídico-processual	306
298 – Início do processo.....	308
299 – Formação gradual da relação processual	308
300 – Estabilização do processo	309
301 – Alteração do pedido.....	309
302 – Alterações subjetivas.....	309
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito.....	311
304 – Os casos de suspensão do processo	311
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	312
306 – Suspensão por convenção das partes	313
307 – Suspensão em razão de exceção	313
308 – Suspensão por prejudicialidade	314
309 – Prejudicialidade e conexão.....	314
310 – Suspensão por motivo de força maior	315
311 – Outros casos legais de suspensão	316
312 – Férias e suspensão do processo.....	316
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual.....	317
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito.....	317
315 – Indeferimento da inicial	318
316 – Abandono da causa.....	318
317 – Ausência de pressupostos processuais.....	319
318 – Perempção	320
319 – Litispendência e coisa julgada	320
320 – Condições da ação.....	321
321 – Convenção de arbitragem	322
322 – Desistência da ação.....	323
323 – Intransmissibilidade da ação	324
324 – Confusão entre autor e réu	324
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	324
326 – Iniciativa da extinção do processo	325
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	325
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito	326

328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	327
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	327
330 – Transação	328
330-a – Retratação e rescisão de transação	329
331 – Prescrição e decadência	330
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	330
332 – Renúncia ao direito	331

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo	333
334 – Procedimento	334
335 – Procedimentos no processo de cognição	334
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	335
337 – Esquema do procedimento ordinário	335
338 – Fases do procedimento ordinário	336
339 – Fase postulatória	336
340 – Fase saneadora	336
341 – Fase instrutória	337
342 – Fase decisória	337
342-a – Adequação do procedimento	337
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário	340
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	341
344 – Outras causas de procedimento sumário	343
345 – Indisponibilidade do rito sumário	343
346 – O procedimento	344
347 – A petição inicial e seu despacho	345
348 – A citação e a resposta do réu	346
349 – Audiência de conciliação	347
349-a – Audiência de instrução e julgamento	349
350 – Revelia	349
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	350
352 – Direito intertemporal	350

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial	353
354 – Requisitos da petição inicial	354
355 – Despacho da petição inicial	355
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	356
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição	357
357 – Extensão do indeferimento	360
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial	361

357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i>	362
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	363
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa	363
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	364
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial	365
360 – Pedido	365
361 – Requisitos do pedido	366
362 – Pedido concludente	366
363 – Pedido genérico	366
364 – Pedido cominatório	367
365 – Pedido alternativo	368
366 – Pedidos sucessivos	368
367 – Pedido de prestações periódicas	369
368 – Pedido de prestação indivisível	369
369 – Pedidos cumulados	369
370 – Espécies de cumulação de pedidos	370
371 – Interpretação do pedido	371
372 – Aditamento do pedido	371
372-a – Modificação do pedido	372
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	372
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias	375
372-d – A efetivação da tutela antecipada	377
372-e – Tutela antecipada parcial	378
372-f. Recurso manejável diante do deferimento da tutela antecipada	380
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu	381
374 – A resposta do réu	381
375 – Espécies de defesa	382
376 – Defesa processual	382
377 – Defesa de mérito	383
378 – Reconvenção	383
379 – Síntese	384
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito	385
381 – Conteúdo e forma da contestação	385
382 – Ônus da defesa especificada	386
383 – Preliminares da contestação	387
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	389
385 – Réplica ou impugnação do autor	389
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito	390
387 – Prazo	390
388 – Efeito da exceção	391
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	392
390 – Procedimento	392
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	393
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito	397

393 – Pressupostos da reconvenção	397
393-a - Reconvenção e compensação	399
394 – Procedimento	400
394-a – Reconvenção sem contestação	402
395 – Extinção do processo principal.....	402
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia.....	403
397 – Os efeitos da revelia	404
398 – Alteração do pedido.....	406
399 – Reconhecimento da procedência do pedido.....	406

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito.....	407
401 – Réplica do autor	408
402 – Revelia e provas	408
403 – Intervenção do Ministério Público.....	408
404 – Ação declaratória incidental.....	409
405 – Outras providências preliminares	410
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.....	411
407 – Extinção do processo.....	412
408 – Julgamento antecipado da lide.....	412
408-a – Audiência preliminar	413
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	417
410 – Cabimento.....	417
411 – Conteúdo.....	418
412 – Efeito preclusivo.....	419
413 – Formas do despacho saneador.....	419

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova	
414 – Conceito.....	421
415 – Características da prova	422
416 – Objeto da prova.....	422
417 – Finalidade e destinatário da prova	424
418 – Valoração da prova.....	425
419 – O sistema do Código	426
420 – Poder de instrução do juiz	427
421 – Ônus da prova.....	430
422 – Sistema legal do ônus da prova	430
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	431
422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova	432
422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor.....	434
423 – Convenção sobre ônus da prova	435
424 – Meios de prova	435

424-a – Prova por presunção.....	436
425 – Procedimento probatório	437
426 – Instrução através de carta	438
427 – Dever de colaboração com a Justiça	438
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito	440
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	440
430 – Legitimação para o depoimento	441
431 – Objeto do depoimento pessoal	441
432 – Procedimento	441
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito	443
434 – Requisitos da confissão.....	444
435 – Classificações.....	444
436 – Efeitos da confissão	445
437 – Indivisibilidade da confissão.....	445
438 – Valor da confissão extrajudicial.....	446
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito	447
440 – Oportunidade da medida	447
441 – Legitimação	448
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte.....	448
443 – Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro	449
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito	454
445 – Força probante dos documentos	455
446 – Documentos públicos.....	455
447 – Documentos particulares	457
448 – Valor probante do documento particular.....	458
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	459
450 – Livros comerciais.....	460
451 – Reprodução de documentos particulares	461
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	462
453 – Documentos viciados em sua forma.....	463
454 – Falsidade documental.....	463
455 – Espécies de falsidade	463
456 – Ônus da prova	465
457 – O incidente de falsidade.....	465
458 – Procedimento do incidente de falsidade	466
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade.....	468
459 – Produção da prova documental	468
460 – Desentranhamento de documentos	470
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito	472
462 – Valor probante das testemunhas	473
463 – Direitos e deveres da testemunha	475
464 – A produção da prova testemunhal.....	477
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001)	481

§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito	482
466 – Admissibilidade da perícia.....	483
467 – O perito	485
468 – O procedimento da prova pericial	485
468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico ...	488
468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial.....	488
469 – Valor probante da perícia	488
470 – Nova perícia	490

§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito	491
472 – Procedimento	491

§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	493
474 – Características da audiência.....	493
475 – Atos preparatórios	495
476 – Adiamento da audiência	495
477 – Antecipação de audiência.....	497
478 – Conciliação.....	497
479 – Procedimento da conciliação	499
480 – Instrução e julgamento.....	499
481 – Documentação da audiência.....	501

Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	503
483 – Conteúdo e finalidade do processo	503

§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	505
485 – Natureza da sentença definitiva.....	506
486 – Função da sentença definitiva.....	507
486-a – Função da sentença terminativa	508

§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	509
488 – Relatório.....	509
489 – Motivação.....	510
490 – Dispositivo da sentença.....	511
491 – Condições formais da sentença	511
492 – Clareza.....	512
493 – Precisão	512
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	513
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	515
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	516
493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida.....	517
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	517
494 – Publicação e intimação da sentença	518
495 – Efeitos da publicação.....	519
496 – Correção e integração da sentença	519

496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	520
496-b – Interpretação da sentença.....	522
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações.....	524
498 – Sentenças declaratórias.....	525
499 – Sentenças condenatórias.....	525
500 – Sentença constitutiva.....	527
501 – Momento de eficácia da sentença.....	527
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença.....	528
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito.....	529
504 – Entrega da prestação jurisdicional.....	529
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	530
505 – Hipoteca judiciária.....	531
506 – Outros efeitos secundários da sentença.....	532
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código.....	533
507-a – Coisa julgada administrativa.....	534
507-b – Coisa julgada total e parcial.....	534
508 – Coisa julgada formal e material.....	536
508-a – Terminologia do julgamento de mérito.....	538
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	539
510 – Arguição da coisa julgada.....	540
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada.....	540
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada.....	541
511 – Preclusão.....	542
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos.....	545
513 – Motivos da sentença.....	546
514 – Verdade dos fatos.....	549
515 – Questões prejudiciais.....	550
516 – Questões implicitamente resolvidas.....	550
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	552
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	553
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário.....	555
518 – Limites subjetivos.....	556
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas.....	558
519 – Causas de estado.....	560
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de re julgamentos.....	560
520-a – Limites temporais da coisa julgada.....	561
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	561
521 – Execução forçada e coisa julgada.....	563

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito.....	565

523 – Fundamento do direito de recurso	566
524 – Atos sujeitos a recurso.....	566
525 – Recursos admissíveis	567
525-a – Reclamação	568
526 – Correição parcial	569
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	570
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	571
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição	572
528 – Legitimação para recorrer	572
528-a – Particularidades do recurso de terceiro.....	574
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	574
530 – Pressupostos objetivos do recurso	574
531 – Recorribilidade da decisão	575
532 – Tempestividade.....	575
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	577
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	579
534 – Singularidade do recurso.....	579
535 – Adequação do recurso.....	579
536 – Preparo	580
537 – Motivação e forma	581
537-a – Efeitos do recurso	582
537-b – Efeito substitutivo	582
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	583
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	583
540 – Recurso adesivo.....	584
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	585
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	587
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito.....	589
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal	590
542 – Interposição da apelação.....	592
543 – Efeitos da apelação.....	593
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação....	597
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito	598
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515	598
543-a-3 – Prescrição e decadência.....	601
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo	601
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação ...	602
544 – Recebimento da apelação.....	602
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	603
544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida.....	605
544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator	605
545 – Deserção.....	605
546 – Prazo para interposição da apelação	607
547 – Julgamento em segunda instância.....	607
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito.....	609

549 – Espécies de agravo.....	610
550 – Agravo retido	611
550-a – Agravo retido interposto oralmente	611
550-b – Juízo de retratação no agravo retido	612
550-c – Agravo retido após a sentença.....	613
551 – Agravo de instrumento	613
551-a – Formação do instrumento do agravo	616
552 – Efeitos do agravo de instrumento.....	617
553 – Processamento do agravo de instrumento	618
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nºs 10.352/2001 e 11.187/2005	619
554 – O contraditório	621
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento.....	621
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	622
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	626
556 – Processamento.....	628
557 – Embargos adesivos.....	628
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	628
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes.....	629
557-c – Legitimação para embargar.....	630
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	633
559 – Pressupostos dos embargos de declaração.....	633
560 – Procedimento	634
561 – Efeito interruptivo.....	634
561-a – Efeito suspensivo	635
562 – Embargos manifestamente protelatórios	635
§ 86 – Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	639
564 – Uniformização da jurisprudência	639
565 – Pressupostos do incidente	639
566 – Legitimação para a provocação do incidente.....	640
567 – Apreciação do incidente	641
568 – Súmula jurisprudencial.....	641
568-a – Súmula vinculante	642
568-b – Regulamentação da súmula vinculante	642
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Intróito	646
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	647
571 – Recurso extraordinário.....	647
572 – Pressupostos do recurso extraordinário.....	648
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário..	650
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral	651
572-c – Procedimento no STF	652
572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral	652
572-e – O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	654
572-f – Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	655
573 – Função do recurso extraordinário	655
574 – Efeitos do recurso extraordinário.....	656

574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário.....	657
575 – Processamento do recurso extraordinário.....	657
575-a – Agravo de instrumento contra a inadmissão do recurso extraordinário	659
575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	661
575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica	661
575-d – Julgamento do recurso e julgamento da causa	662
576 – Poderes do relator.....	664
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	665
576-b – Recurso especial.....	665
576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	666
576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988	667
576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	671
576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	671
576-g – O recurso especial e as causas repetitivas.....	672
576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem....	673
576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ	673
576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas.....	674
576-l – Regulamentação regimental e Direito intertemporal nas causas repetitivas.....	675
576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	676
576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	676
576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça.....	677
576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal.....	679
576-q – Reclamação perante o STF e o STJ.....	680
576-r – Recurso especial ou extraordinário retido.....	682
576-s – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	683
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código.....	687
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos.....	687

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição	689
580 – Competência dos tribunais.....	689
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	690
582 – Casos de competência originária dos tribunais	690
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	692
584 – O funcionamento dos tribunais	692
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	693
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais ...	695
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal	696
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira.....	699
587 – O sistema nacional.....	699
588 – A homologação da sentença estrangeira.....	700
589 – Natureza da decisão homologatória.....	701
590 – O procedimento	702
591 – A execução.....	702



§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	703
593 – Regulamentação legal	703
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	704
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	704
596 – Iniciativa de arguição	704
597 – Momento da arguição	705
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	705
599 – O julgamento da arguição.....	705
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito.....	708
601 – Pressupostos	710
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	712
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	713
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	713
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III).....	714
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	715
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	715
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	716
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	717
610 – Documento novo (art. 485, VII)	717
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII).....	718
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	719
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	720
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	721
614 – Legitimação.....	722
614-a – Competência.....	723
615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	724
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa.....	725
617 – A execução da sentença rescindenda	726
618 – Indeferimento da inicial	726
619 – Procedimento	727
620 – Natureza e conteúdo da decisão	728
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	729
621 – Rescisória de rescisória.....	731
622 – Prazo de propositura da ação rescisória.....	731
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	733
622-b – A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	737
622-c. Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	738
623 – Sentença nula de pleno direito	739
Bibliografia	743
Índice Onomástico.....	755
Índice Alfabético de Assuntos	759
Índice dos Fluxogramas.....	785

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume II*

51^a edição Revista,
atualizada
e ampliada

- PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
- Codificados (de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária) e de legislação extravagante



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2017 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

51ª edição – 2017

- Capa: Danilo Oliveira
- Fechamento desta edição: 18.04.2017
- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T289c

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos Especiais – vol. II – 51ª ed. rev., atual. e ampl. – Humberto Theodoro Júnior – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7323-0

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título

CDU – 347.9

347.9(81)
/341.46/

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo I – Procedimentos Especiais

§ 1º Generalidades.....	3
1. Introdução	3
2. Razão de ser dos procedimentos especiais	5
3. Casuísmo do Código.....	6
4. Técnicas de especialização procedimental.....	7
5. Complementação das regras procedimentais	9
6. Pressupostos dos procedimentos especiais	9
7. Erro na adoção do procedimento	10
8. Ações especiais suprimidas pelo novo CPC	12
8.1. A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa.....	15

Capítulo II – Ação de Consignação em Pagamento

§ 2º Os fundamentos do depósito em consignação	17
9. O direito de pagar	17
10. A liberação natural e a liberação forçada do devedor	18
11. A ação de consignação em pagamento	19
12. Histórico da consignação em pagamento	19
§ 3º O procedimento da consignação em pagamento	21
13. Natureza do instituto da consignação	21
14. Natureza processual da ação de consignação	22
15. Prestações passíveis de consignação.....	23
16. Cabimento da consignação.....	23

17. Liquidez da prestação devida	25
18. Consignação principal e incidental	29
19. Legitimação <i>ad causam</i>	30
20. Competência	33
21. Consignação no local em que se acha a coisa devida	34
22. Oportunidade da consignatória	35
23. Objeto da consignação.....	38
24. Obrigação de prestações periódicas	39
25. Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	40
26. Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	41
27. O procedimento especial da consignatória	42
28. Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	44
29. Valor da causa	45
30. Resposta do demandado	46
31. Comparecimento do credor para receber	46
32. Não comparecimento e revelia do demandado.....	48
33. Levantamento do depósito pelo devedor	49
34. Contestação	49
35. Matéria de defesa	50
36. Complementação do depósito insuficiente.....	52
37. Sentença	54
38. Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	56
39. Particularidades da consignação por dúvida	57
40. A posição dos possíveis credores	58
41. Resgate da enfiteuse	60
42. A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	61
43. A consignação de obrigação em dinheiro	64
44. Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	66

Capítulo III – Ação de exigir contas

§ 4º Generalidades.....	69
45. Introito	69
46. Objetivo da ação de exigir contas	70
47. Ação de dar e ação de exigir contas.....	71
48. A natureza da ação de exigir contas	72
49. Cabimento	73

50. Prestação de contas e prescrição.....	75
51. Legitimação e interesse.....	77
52. Prestação de contas dos administradores judiciais.....	79
53. Sociedade e prestação de contas.....	80
54. Ações matrimoniais e prestação de contas.....	82
55. Prestação de contas entre condôminos.....	83
55-A. Prestação de contas do banco ao correntista.....	83
56. Organização das contas.....	85
57. Prova das contas.....	85
§ 5º Procedimento da ação de exigir contas.....	87
58. Ação de exigir contas.....	87
59. Procedimento da primeira fase.....	87
60. Reconvenção.....	89
61. Decisão da primeira fase.....	90
62. Procedimento da segunda fase.....	91
63. Contas elaboradas pelo autor.....	92
64. Sucumbência.....	94
§ 6º Execução no procedimento de exigir contas.....	96
65. Sentença e execução.....	96

Capítulo IV – Ações Possessórias

§ 7º Generalidades.....	99
66. A posse e seus efeitos.....	99
67. A razão da tutela possessória.....	101
68. O instituto da posse e a paz social.....	102
69. O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	104
70. Natureza jurídica da posse.....	106
71. Requisitos da tutela possessória.....	110
71.1. Posse de particular sobre bem público.....	113
§ 8º Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição.....	114
72. Origem dos interditos possessórios.....	114
73. As ações possessórias.....	115
74. Competência.....	117
75. Legitimação ativa.....	117
76. Legitimação passiva.....	118
77. Petição inicial.....	119
78. Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	120

79. Invasões coletivas de imóvel	121
80. Medida liminar possessória	124
81. A decisão sobre a liminar	125
82. A sentença possessória	126
83. Posse de coisas e posse de direitos	128
83-A. Posse de bens públicos	130
84. O petitório e o possessório.....	132
85. A exceção de propriedade no juízo possessório.....	135
86. Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	137
87. Natureza dúplice das ações possessórias	140
88. Liminar em favor do réu	140
89. Natureza real das ações possessórias.....	143
90. Natureza executiva do procedimento interdital	145
90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	148
91. Cumulação de pedidos	149
92. Interdito proibitório	150
§ 9º Alguns incidentes registráveis nos interditos	152
93. Embargos de terceiro	152
94. Medida liminar e mandado de segurança.....	154
95. Embargos de retenção.....	154
96. Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	155

Capítulo V – Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares

§ 10. Generalidades	161
97. Introdução	161
98. Conceito das ações especiais em análise.....	162
99. Cumulação de ação divisória com ação demarcatória.....	163
100. Temas novos	163
101. Divisão e demarcação consensuais.....	164
102. O georreferenciamento e a prova pericial	165
103. Sucumbência e honorários advocatícios	166
§ 11. Ação de demarcação	168
104. A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial.....	168
105. Objeto da ação	169
106. Competência para as ações do juízo divisório.....	176

107. Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	178
108. Legitimação ativa de condômino.....	180
109. Legitimação passiva	180
110. Citação do confinante demandado	182
111. Contestação	183
112. Prazo de contestação.....	185
113. Prova pericial	186
114. A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acerto ou cognição).....	187
115. Procedimento executivo (segunda fase da ação)	189
116. A conclusão do procedimento demarcatório	190
117. Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória	191
118. Cumprimento da sentença em face dos confinantes.....	193
§ 12. Ação de divisão.....	195
119. Ação de divisão. Petição inicial	195
120. Objeto da ação	195
121. Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC	196
122. Competência	198
123. Legitimação ativa.....	198
124. Legitimação passiva	201
125. Procedimento. Citação	203
126. Contestação	203
127. Revelia	205
128. Prova pericial	206
129. Auto de divisão e sentença homologatória	210
130. Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão	212
131. A coisa julgada na ação de divisão	213
132. Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada).....	214
133. Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda	215
134. Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda.....	217

Capítulo VI – Dissolução Parcial de Sociedade

§ 13. Da ação	223
135. Introito	223
135.1. Sociedades simples.....	225
136. Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade.....	226
137. Objeto.....	227

138. Legitimidade	229
139. Cabimento	230
140. Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	232
141. Competência	234
142. Procedimento	234
143. A resolução da sociedade	240
144. Apuração dos haveres	241
145. Critérios para apuração dos haveres	242
146. Execução da sentença	245
147. A dissolução parcial de sociedade anônima	247

Capítulo VII – Inventário e Partilha

§ 14. Disposições gerais	251
148. Introito	251
149. Caráter contencioso do inventário	252
150. Inventário e partilha por via administrativa	253
151. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	257
152. Execução da partilha por via administrativa	259
153. Inventário negativo	260
154. Competência	260
155. Universalidade do foro sucessório	262
156. Questões solucionáveis no juízo sucessório	263
157. Administração da herança	264
158. O inventariante	265
159. Encargos do inventariante	267
160. Remoção do inventariante	269
161. Legitimação para promover o inventário	272
§ 15. Inventário judicial	274
162. Procedimento	274
163. Petição inicial	274
164. Primeiras declarações	275
165. Citações e interveniências	276
166. Impugnação dos citados	278
167. Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	279
168. Avaliação	281
169. Últimas declarações	282

170. Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	283
171. Colações.....	284
172. Sonogados.....	285
173. Pagamento de dívidas do morto	286
§ 16. Partilha	289
174. Espécies de partilha.....	289
175. Partilha judicial. Deliberação	289
176. Esboço e lançamento da partilha.....	292
177. A sentença da partilha.....	293
178. O formal de partilha	295
179. Emenda ou retificação da partilha	295
180. Pacto de não partilhar	297
§ 17. Invalidação da partilha.....	300
181. Ação de anulação e ação rescisória de partilha	300
182. Conceituação de partilha judicial.....	300
183. Conceituação de partilha amigável	303
184. Casuísmo da rescisória de partilha.....	304
185. Ação de nulidade de partilha.....	305
186. Ação de petição de herança	307
§ 18. Arrolamento	309
187. Simplificação do inventário	309
188. Arrolamento sumário do art. 659.....	310
189. Arrolamento comum do art. 664.....	312
190. Lei nº 6.858, de 24.11.1980	313
191. Inventário administrativo	314
§ 19. Disposições comuns	315
192. Medidas cautelares	315
193. Sobrepartilha.....	316
194. Curatela especial ao herdeiro	317
195. Inventários cumulados	318
196. Honorários de advogado.....	319
197. Extinção do processo por paralisação da causa	319
198. Assistência judiciária	320
199. Terceiros prejudicados.....	321

Capítulo VIII – Embargos de Terceiro

§ 20. Generalidades.....	329
200. Conceito.....	329
201. Natureza jurídica.....	331
202. Requisitos.....	332
203. Ato judicial atacável.....	334
203-A. Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro.....	336
204. Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	337
205. Embargos a atos do juízo divisório.....	338
205-A. Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica.....	339
206. Embargos do credor com garantia real.....	340
206-A. Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária.....	342
207. Embargos e mandado de segurança.....	344
§ 21. Procedimento.....	346
208. Legitimação ativa.....	346
209. Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro.....	349
210. Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo.....	350
211. Legitimação passiva.....	353
212. Oportunidade.....	354
213. Competência.....	357
214. Procedimento.....	358
215. Sentença.....	361
215-A. Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	362

Capítulo IX – Oposição

§ 22. A ação especial de oposição.....	365
216. Introdução.....	365
217. Conceito.....	366
218. Cabimento e extensão.....	368
219. Oportunidade da oposição.....	368
220. Conexão das causas.....	369
221. Competência.....	370
222. Procedimento.....	370
223. Julgamento da oposição.....	371

Capítulo X – Habilitação

§ 23. Procedimento da substituição da parte falecida.....	375
---	-----

224. Conceito.....	375
225. Legitimidade para requerer a habilitação.....	376
226. Competência	377
227. Procedimento.....	377
228. Habilitação do adquirente e do cessionário	380
229. Efeito do deferimento da habilitação.....	380

*Capítulo XI – Tipificação do Procedimento das Ações
Pertinentes ao Direito de Família*

§ 24. Ações de família	383
230. Introito	383
231. A entidade familiar	384
232. Tipificação	384
233. A mediação e a conciliação.....	385
234. A Resolução nº 125 do CNJ.....	386
235. Legitimação.....	387
236. Procedimento.....	388
237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação.....	391
237-A. Ação de Alimentos	391

Capítulo XII – Ação Monitoria

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio	399
238. Introito	399
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	399
240. Em que consiste o procedimento monitorio	401
241. O procedimento monitorio brasileiro	404
242. A ação monitoria no Código Processual de 2015	405
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil brasileiro.....	407
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria	407
244. Objeto.....	408
245. Competência.....	409
246. Legitimidade ativa.....	410
247. Legitimidade passiva.....	411
248. Prova.....	413
249. Procedimento.....	419
250. Embargos à ação monitoria.....	423
251. Processamento dos embargos monitorios	424
252. Coisa julgada.....	426

253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento	426
254. Uso indevido da ação monitória	427

Capítulo XIII – Homologação do Penhor Legal

§ 27. Da ação	429
255. Introito	429
256. Penhor legal: efetivação e homologação	430
257. Natureza jurídica da medida processual	431
258. Procedimento	432
259. Sentença	434
260. Execução	434
261. Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal	435

Capítulo XIV – Danos Ocorridos Durante a Navegação

§ 28. Regulação da avaria grossa	439
262. Introito	439
263. Conceito	440
264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro	442
265. Competência	443
266. Legitimidade	443
267. Procedimento	444
268. O Tribunal Marítimo	448

Capítulo XV – Restauração de Autos

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos	453
269. Conceito	453
270. Objetivo do procedimento	454
271. Legitimidade	454
272. Competência	455
273. Procedimento	455
274. Julgamento da restauração	457
275. Autos extraviados no tribunal	457
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	458

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

Capítulo XVI – Jurisdição Voluntária

§ 30. Generalidades	461
---------------------------	-----

277. Introito	461
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	463
279. Litigiosidade incidental	465
280. A função do juiz	465
281. Verbas sucumbenciais	466
282. Procedimentos	467

Capítulo XVII – Notificação e Interpelação

§ 31. Procedimento para notificar, interpelar	471
283. Conceito	471
284. Protesto de títulos pela via notarial	472
285. Protesto judicial	473
286. Notificação	476
287. Interpelação	476
288. Procedimento	477
289. Indeferimento do pedido	478
290. Defesa e contraprotesto	480
291. Encerramento do feito e destino dos autos	481

Capítulo XVIII – Alienações Judiciais

§ 32. Procedimento das alienações judiciais	483
292. Alienações judiciais	483
293. Alienações cautelares	484
294. Iniciativa da medida	484
295. Casos de alienação judicial expressos em lei	485
296. Leilão	485
297. Avaliação prévia	487
298. Publicidade	487
299. Arrematação	487
300. Destino do produto da alienação	488
301. Outros bens alienáveis judicialmente	489
302. Bens indivisíveis em inventário e partilha	489
303. Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos	490
304. Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	490
305. Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular	492
306. Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução	493
307. Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular	494

Capítulo XIX – Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

§ 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais.....	497
308. Noções introdutórias	497
309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010.....	499
310. Natureza jurídica	500
311. Requisitos.....	501
312. Legitimação	501
313. Competência	502
314. Petição inicial	503
315. Procedimento.....	506
316. Sentença de homologação.....	507
317. Reconciliação do casal	508
318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável	508
319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa	509
320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais.....	512
321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública	514
322. Alteração do regime de bens do casamento	515

Capítulo XX – Testamentos e Codicilos

§ 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	517
323. Introito	517
324. Objetivo do procedimento.....	517
325. Competência	519
326. Procedimento.....	519
327. Sentença	519
328. Efeitos	520
329. Testamento cerrado.....	521
330. Testamento público	521
331. Testamento particular.....	522
332. Procedimento.....	523
333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo	525

Capítulo XXI – Herança Jacente

§ 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente.....	529
---	-----

334. Conceito moderno de jacência da herança.....	529
335. Competência.....	530
336. Legitimação.....	530
337. Procedimento.....	530
338. A administração da herança jacente.....	532
339. Habilitação.....	533
340. Declaração de vacância.....	533

Capítulo XXII – Bens dos Ausentes

§ 36. Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes.....	537
341. Ausência.....	537
342. Pressupostos.....	537
343. Competência.....	538
344. Fases do procedimento.....	538
345. Procedimento da primeira fase.....	538
346. Procedimento da sucessão provisória.....	539
347. Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	540

Capítulo XXIII – Coisas Vagas

§ 37. Procedimento da arrecadação das coisas vagas.....	543
348. Conceito.....	543
349. Legitimação.....	543
350. Competência.....	544
351. Cabimento.....	544
352. Procedimento.....	544

Capítulo XXIV – Interdição

§ 38. O instituto da curatela.....	547
353. Introito.....	547
354. Questões relevantes sobre a interdição.....	548
355. Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do NCPC.....	549
§ 39. O procedimento da interdição.....	552
356. Natureza jurídica da interdição.....	552
357. Competência.....	552
358. Legitimidade.....	553

359. Petição inicial.....	556
360. Procedimento.....	557
361. Sentença.....	560
362. Eficácia da sentença sobre atos do interditando.....	562
363. Rescisória.....	563
364. Levantamento da interdição.....	563
365. Investidura dos curadores.....	564
366. Remoção de curador.....	564
§ 40. A tomada de decisão apoiada.....	566
367. A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade.....	566
368. Procedimento.....	567

Capítulo XXV – Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

§ 41. Generalidades.....	569
369. Introito.....	569
370. Disposições comuns à nomeação de tutor e curador.....	570

Capítulo XXVI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 42. Procedimento da organização e fiscalização das fundações.....	575
371. Conceito de fundação.....	575
372. Procedimento da instituição da fundação.....	576
373. Estatutos confiados à elaboração de terceiro.....	576
374. Alteração do estatuto.....	577
375. Extinção da fundação.....	577

Capítulo XXVII – Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

§ 43. Procedimento.....	581
376. Introito.....	581
377. Conceito.....	582
378. Objetivo.....	583
379. Procedimento.....	583

Capítulo XXVII-A – Usucapião

§ 43-A. Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel.....	589
379-A. Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	589

379-B. Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião	590
379-C. Julgamento do procedimento administrativo	591
379-D. Cabimento do procedimento extrajudicial	592
379-E. Competência	593

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

Capítulo XXVIII – O Juízo Arbitral

§ 44. Procedimento da arbitragem	595
380. O juízo arbitral no direito brasileiro	595
381. Disposições gerais	598
382. Convenção de arbitragem	600
383. Cláusula compromissória	600
384. Requisitos da cláusula compromissória	601
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	601
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia	602
385. Execução da cláusula compromissória	603
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	604
387. Direito intertemporal	606
388. Autonomia da cláusula compromissória	607
389. Compromisso arbitral	608
390. Extinção do compromisso arbitral	609
391. Os árbitros	610
392. O procedimento	611
393. Tutelas cautelares e de urgência	614
394. Carta arbitral	617
395. Sentença arbitral	618
396. Requisitos da sentença arbitral	619
397. Recursos	620
398. Nulidade da sentença arbitral	620
399. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	622
400. Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	624
401. Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos	625
401.1. A arbitragem e a Administração Pública	627
401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	628
402. Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial	630
402-A. Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação	631

403. Alegação em juízo de convenção de arbitragem	632
403-A. Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário	633

Parte IV – Juizado Especial Civil

Capítulo XXIX – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 45. Juizado especial civil ou juizado de pequenas causas.....	637
404. Introito	637
405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?.....	639
406. Criação do Juizado Especial	639
407. Princípios informativos	640
408. Princípio da oralidade	640
409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	641
410. Conciliação.....	642
411. A facultatividade do Juizado Especial.....	643
412. O Juizado Especial Civil.....	644
413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	645
414. O Juizado Especial Civil e o Novo Código de Processo Civil	646
415. O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	647
§ 46. O órgão judicante: competência e composição.....	649
416. Competência	649
417. Foro competente.....	651
418. Conflito de competência.....	651
419. Competência para execução forçada	652
420. Limitações à competência.....	652
421. O órgão judicante.....	653
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz	654
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	655
424. O juízo arbitral.....	656
§ 47. Partes.....	657
425. Legitimação <i>ad causam</i>	657
426. Legitimação <i>ad processum</i>	658
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	659
428. Intervenção do Ministério Público.....	660
§ 48. Os atos processuais e o procedimento.....	661
429. Os atos processuais e sua forma.....	661

430. O procedimento.....	662
431. A propositura da ação.....	662
432. Citações e intimações	663
433. Requisitos da citação.....	663
434. Intimações	664
435. A audiência de conciliação, instrução e julgamento	664
436. A resposta do réu	665
437. As provas.....	666
§ 49. A sentença e os recursos.....	668
438. A sentença	668
439. Recursos.....	669
440. Mandado de segurança	673
441. Uniformização de jurisprudência.....	674
442. Extinção do processo.....	674
§ 50. Execução e disposições especiais	676
443. Execução forçada.....	676
444. As despesas processuais no Juizado Especial Civil.....	678
445. Curadorias e assistência judiciária.....	678
446. Acordos extrajudiciais	679
447. Ação rescisória.....	679
448. Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	679

Capítulo XXX – O Juizado Especial Federal

§ 51. As pequenas causas na justiça federal	681
449. A instituição do Juizado Especial Federal.....	681
450. Disciplina legal.....	681
451. Princípios informativos.....	681
452. Competência absoluta	682
453. Conflito de competência	682
§ 52. Órgão judicante	684
454. Composição do órgão judicante	684
455. Sessão de conciliação.....	684
456. Competência	684
457. Conflito de competência.....	685
458. Causas de competência dos Juizados Especiais Federais.....	685

§ 53. Partes.....	687
459. Legitimação	687
460. Intervenção de terceiros e litisconsórcio	687
461. Ministério Público.....	688
462. <i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	688
§ 54. Atos processuais e procedimento.....	689
463. Princípios.....	689
464. Atos de comunicação processual.....	689
465. Uso de meios eletrônicos	690
466. Prazos	690
467. Petição inicial.....	690
468. Resposta	690
469. Exceções.....	691
470. Sessão de conciliação.....	691
471. Instrução probatória.....	691
472. A sentença e as máximas de experiência.....	692
473. Reexame necessário	693
§ 55. Sistema recursal.....	694
474. Recursos no Juizado Especial.....	694
475. Recurso especial e recurso extraordinário	694
476. Incidente de uniformização de jurisprudência	695
§ 56. Execução e medidas preventivas.....	697
477. Execução.....	697
478. Medidas cautelares	697
479. Antecipação de tutela.....	698

Capítulo XXXI – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública

§ 57. As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.....	701
480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	701
481. Disciplina legal.....	701
482. Competência absoluta	702
§ 58. Órgão judicante.....	703
483. Composição do órgão judicante	703
484. Competência.....	703
§ 59. Partes.....	705

485. Legitimação.....	705
486. Ministério Público.....	705
487. Representação das partes.....	705
§ 60. Atos processuais e procedimento.....	706
488. Atos de comunicação processual e prazos.....	706
489. Petição inicial, citação e resposta.....	706
490. Audiência de conciliação.....	706
491. Instrução probatória.....	707
492. Sentença e recurso de ofício.....	707
493. Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	707
§ 61. Sistema recursal.....	708
494. Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	708
495. Uniformização de jurisprudência.....	708
496. Causas repetitivas.....	709
497. Medidas de urgência.....	710
§ 62. Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	711
498. Cumprimento da sentença.....	711
499. Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	711
500. Obrigações de quantia certa.....	711

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

Capítulo XXXII – Ações Constitucionais

§ 63. A Constituição e o processo.....	715
501. O direito processual constitucional.....	715
502. Os fundamentos do direito processual constitucional.....	715
§ 64. Mandado de segurança.....	717
503. Conceito.....	717
504. Natureza da ação.....	718
505. Legitimação ativa.....	719
506. Legitimação passiva.....	719
507. Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	723
508. Ato de autoridade judicial.....	723
509. Ato sujeito a recurso administrativo.....	725
510. Litisconsórcio.....	725

511. Assistência	726
512. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo	727
513. Procedimento	727
514. Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante	729
515. Liminar	729
516. Suspensão da segurança	732
517. Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	733
518. Competência	734
519. Desistência do mandado de segurança	735
520. Sentença e coisa julgada	736
521. Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009	737
§ 65. Mandado de segurança coletivo	741
522. Conceito	741
523. Direitos coletivos e direitos difusos	741
524. Legitimação ativa	742
525. Legitimação passiva	744
526. Procedimento e competência	744
527. Liminar	745
527-A. Execução	746
§ 66. Mandado de injunção	747
528. Conceito	747
529. Objeto	749
530. Pressupostos	751
531. Legitimação	755
532. Competência	758
533. Procedimento	759
533.1. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção	764
533-A. Desistência da ação de mandado de injunção	765
533-B. Intervenção do Ministério Público	765
533-C. Medida Liminar	766
533-D. Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção	767
533-E. Ampliação dos limites subjetivos da injunção	767
533-F. Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão	768
533-G. “Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção	769
533-H. Recursos	770
533-I. Mandado de injunção coletivo	771

533-J. Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	772
533-K. Litispendência	772
§ 67. <i>Habeas data</i>	776
534. Conceito.....	776
535. Natureza jurídica	777
536. Legitimidade e interesse.....	778
537. Objeto do <i>habeas data</i>	778
538. Competência	779
539. Procedimento.....	780
540. Cumprimento da sentença.....	781
541. Coisa julgada.....	781
§ 68. Ação popular	783
542. Conceito.....	783
543. Requisitos.....	783
544. Atos atacáveis pela ação popular.....	784
545. Legitimação	785
546. Procedimento.....	786
547. Sentença	786
548. Coisa julgada.....	787
549. Execução.....	787
550. Prescrição	787

Capítulo XXXIII – Ações Coletivas

§ 69. Ação civil pública e outras ações coletivas.....	791
551. Histórico	791
552. Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	792
553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	793
554. Objeto da ação civil pública.....	794
555. Ações coletivas possíveis após o CDC.....	796
556. Legitimação	799
557. Ação coletiva por meio de associação.....	802
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos	804
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos.....	806
560. Inquérito civil.....	811
560-A. Ação civil pública e políticas públicas.....	812
561. Competência	813

562. Procedimento.....	814
563. Liminar.....	814
564. Coisa julgada.....	814
565. Execução.....	816
565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	818
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação.....	819

Capítulo XXXIV – Ações Locatícias

§ 70. Generalidades.....	821
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	821
568. Tramitação durante as férias forenses.....	822
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	822
570. Valor da causa.....	823
571. Atos de comunicação processual.....	824
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	825
§ 71. Ação de despejo.....	826
573. Natureza.....	826
574. A força executiva do procedimento.....	827
575. A liminar na ação de despejo.....	828
576. Legitimação.....	830
577. Documentação da petição inicial.....	831
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	831
579. Denúncia vazia.....	832
580. Denúncia cheia.....	832
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento.....	834
581. Cabimento.....	834
582. Consequência da cumulação de pedidos.....	834
583. Purga da mora.....	835
584. Reiteração abusiva da purga da mora.....	837
585. Purga da mora e contestação.....	837
§ 73. Execução da sentença de despejo.....	840
586. Desocupação voluntária.....	840
587. Execução forçada.....	840
588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	841

589. Execução provisória e caução.....	842
590. Abandono do imóvel pelo locatário.....	842
§ 74. Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	844
591. Cabimento	844
592. Legitimação	844
593. Pressupostos	845
594. Procedimento.....	845
595. Petição inicial	846
596. Depósito judicial.....	846
597. Prestações vincendas	846
598. Revelia	846
599. Contestação	847
600. Reconvenção	847
601. Complementação do depósito após a contestação	847
602. Levantamento do depósito	848
§ 75 Ação revisional de aluguel	850
603. Cabimento	850
604. Natureza.....	850
605. Legitimação	850
606. Procedimento.....	851
607. Petição inicial	852
608. Aluguel provisório.....	852
609. Contestação	854
610. Sentença	854
611. Verbas de sucumbência.....	855
612. Execução de sentença	856
613. Acordo de desocupação	856
§ 76. Ação renovatória	858
614. Cabimento	858
615. Natureza jurídica	859
616. Legitimação	859
617. Procedimento.....	861
618. Petição inicial	861
619. A defesa do locador.....	864
620. Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	865

621. Defesa baseada no valor real da locação.....	865
622. Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	866
623. Retomada para construção ou reconstrução	867
624. Retomada para uso próprio.....	867
625. Aluguel provisório.....	868
626. Sentença	868
627. Sentença de retomada.....	869
628. Execução de sentença	871
629. Indenização de perdas e danos.....	872

*Capítulo XXXV – Ações Decorrentes de Leasing
e Alienação Fiduciária*

§ 77. Alienação fiduciária em garantia	875
630. Introdução	875
631. Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	876
632. Busca e apreensão.....	877
633. Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão	881
634. Ação de depósito	881
635. Ação de execução	882
636. Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	883
636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	884
636-A. Taxa de ocupação.....	886
§ 78. Arrendamento mercantil (<i>Leasing</i>).....	890
637. Noção de arrendamento mercantil.....	890
638. Ações decorrentes do <i>leasing</i>	891
639. Aspecto tributário	895
Bibliografia	897
Índice Onomástico	917
Índice Alfabético de Assuntos	921
Índice dos Fluxogramas.....	941

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.

Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

51^a edição
Revista,
atualizada
e ampliada

- EXECUÇÃO FORÇADA
 - Cumprimento de sentença
 - Execução de títulos extrajudiciais
- PROCESSOS NOS TRIBUNAIS
- RECURSOS
- DIREITO INTERTEMPORAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1989

51ª edição – 2018

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 18.01.2018

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de Direito Processual Civil – vol. III / Humberto Theodoro Júnior. 51. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7915-7

1. Direito processual. 2. Direito processual civil. I. Título. II. Série.

18-46997

CDU: 347.91/95(81)

Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA e SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I – As Vias de Execução do Novo Código de Processo Civil Brasileiro

Capítulo I – Panorama das Vias Executivas

§ 1º	A abolição da ação de execução de sentença.....	3
1.	Introdução.....	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo.....	5
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica.....	7
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	9
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	10
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro.....	11
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	14
8.	Observações conclusivas.....	16

Capítulo II – Cumprimento da Sentença no Novo Código de Processo Civil

§ 2º	Disposições gerais.....	19
9.	Introdução.....	19
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	20
11.	Cumprimento de sentença e contraditório.....	23
12.	Necessidade de requerimento do exequente.....	24
13.	Intimação do devedor.....	25
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários.....	27
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....	28
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva.....	30
17.	Tutela interdital como padrão.....	34
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor.....	35

19.	Sucumbência.....	36
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	39
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	41
§ 3º	Os títulos executivos judiciais	43
22.	Enumeração legal	43
23.	Medidas preparatórias especiais.....	45
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras	46
25.	Encerramento do cumprimento da sentença	47
26.	Sentença condenatória civil	48
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	50
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	51
29.	Ação declaratória e prescrição.....	53
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	54
31.	O formal e a certidão de partilha	57
32.	Crédito de auxiliar da justiça.....	58
33.	Sentença penal condenatória.....	58
34.	Sentença arbitral.....	61
35.	Decisão estrangeira	62
§ 4º	Particularidades de alguns títulos executivos judiciais	65
36.	Condenações a prestações alternativas	65
37.	Julgamento fracionado da lide	66
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória	67
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado	67
§ 5º	Competência.....	70
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença	70
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	70
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença	72
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	73
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal	73
45.	Competência internacional	74
§ 6º	Defesa do devedor	76
46.	Impugnação do executado.....	76
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação	77
48.	Ausência de preclusão	77
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação	77
50.	Natureza jurídica da impugnação.....	79
51.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	80
52.	O cumprimento da sentença e a prescrição.....	97
52.1.	Um caso particular de prescrição	101

53.	Impedimento ou suspeição do juiz.....	102
54.	Executados com diferentes procuradores.....	102
55.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante a obrigação de quantia certa.....	103
56.	Efeito da impugnação.....	103
57.	O problema da iliquidez da sentença.....	104
58.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	105
59.	Procedimento da impugnação.....	106
60.	Instrução probatória.....	106
61.	Julgamento da impugnação.....	107
62.	Coisa julgada.....	107

*Capítulo III – Cumprimento da Sentença que Reconhece
a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa*

§ 7º	Noções introdutórias.....	109
63.	Noção de obrigação por quantia certa.....	109
64.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia.....	109
65.	Requerimento do credor.....	111
66.	Intimação do devedor.....	112
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados.....	114
§ 8º	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	115
68.	Cabimento.....	115
69.	Multa legal e honorários de advogado.....	115
70.	Contagem do prazo para pagamento.....	119
71.	Penhora e avaliação.....	120
72.	O procedimento exêcutivo.....	120
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	121
74.	Defesa do executado.....	123
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	123
76.	Parcelamento da dívida.....	123
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	123
§ 9º	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	125
78.	Noções introdutórias.....	125
79.	Fundamentos da execução provisória.....	126
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	126
81.	Situação do tema no Código novo.....	127
82.	Normas básicas da execução provisória.....	129
83.	Casos de dispensa de caução.....	133
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	134
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	135
86.	Incidentes da execução provisória.....	136

87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	136
88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	137

Capítulo IV – Cumprimento de sentenças de obrigação de quantia certa sob regime especial

§ 10.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	139
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença	139
90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos	140
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia	142
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito	147
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	150
94.	Pensionamento em salários mínimos	151
§ 11.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	153
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública.....	153
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	154
97.	Procedimento	155
98.	Defesa da Fazenda.....	158
99.	Execução provisória.....	160
100.	Sequestro de verbas públicas	161
101.	Exceções ao regime dos precatórios	162
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais	164
103.	Credores litisconsorciados	164
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório.....	166
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	167
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	168
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	169
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	172
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	172

*Capítulo V – Cumprimento de Sentença que Reconhece
A Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de não Fazer ou de Entregar Coisa*

§ 12.	Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer	174
109.	Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	174
110.	Execução específica e execução substitutiva	175
111.	Correta prestação da tutela substitutiva.....	177
112.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	179
113.	A multa (<i>astreinte</i>)	180
114.	Defesa do executado	192

§ 13.	Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	195
115.	Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	195
116.	Procedimento do cumprimento de sentença	195
117.	Impugnação do executado	197
118.	Execução das obrigações de não fazer	198
119.	Medidas de apoio	199
§ 14.	A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade...	202
120.	Execução das prestações de declaração de vontade.....	202
121.	Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	204
122.	A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade	205
123.	Natureza jurídica da sentença	206
§ 15.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	208
124.	Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	208
125.	Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	208
126.	Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico	211
127.	Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	213
128.	Procedimento	213
129.	Defesa do executado	215
130.	Obrigação genérica	215
131.	Retenção por benfeitorias	216
132.	Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa	217
133.	Encerramento do processo	218

Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

Capítulo VI – Processo de Execução

§ 16.	Princípios gerais da execução forçada.....	221
134.	Disposições gerais	221
135.	Vias de execução	223
136.	O processo judicial.....	223
137.	Processo de conhecimento e processo de execução	224
138.	Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	225
139.	Visão unitária da jurisdição	226
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada	227
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	228
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	228
143.	Meios de execução	230
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo NCPC.....	230
144.	Autonomia do processo de execução	232
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução	233

146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial	234
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	235
§ 17.	Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva	237
148.	Princípios informativos do processo de execução.....	237
149.	Princípio da realidade: toda execução é real	238
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor.....	238
151.	Princípio da utilidade da execução.....	239
152.	Princípio da economia da execução	239
153.	Princípio da especificidade da execução.....	239
154.	Princípio dos ônus da execução	240
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	241
156.	Princípio da disponibilidade da execução	241
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	243
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	244
§ 18.	Formas de execução e atos de execução.....	246
159.	As várias formas de execução	246
160.	Execução singular e execução coletiva.....	246
161.	Atos de execução	247
162.	Relação processual executiva.....	249
163.	A citação executiva	250
§ 19.	Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....	252
164.	Procedimento da execução forçada	252
165.	Observações sobre a petição inicial.....	253
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	254
§ 20.	Disposições gerais.....	257
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução	257
168.	Poderes do juiz no processo de execução	258
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução.....	260
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	263
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	264

Capítulo VII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 21.	Pressupostos e condições da execução forçada.....	265
172.	Pressupostos processuais e condições da ação	265
173.	O título executivo.....	266
174.	Função do título executivo	267
175.	Efeito prático do título executivo.....	268
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	269
177.	Formas dos títulos executivos	271

178.	A exigibilidade da obrigação	272
179.	O inadimplemento em contrato bilateral	274

Capítulo VIII – A Relação Processual e seus Elementos

§ 22.	Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução.....	276
180.	Elementos do processo executivo	276

Capítulo IX – Elementos Subjetivos (I)

§ 23.	Partes. Legitimação Ativa	278
181.	Nomenclatura	278
182.	Legitimação ativa	279
183.	Legitimação ativa originária do credor	279
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público	280
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	280
186.	Espólio	281
187.	Herdeiros e sucessores.....	282
188.	Cessionário	283
189.	Sub-rogado.....	284
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	285
191.	Terceiros interessados.....	285
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	286
§ 24.	Legitimação passiva	287
193.	Legitimação passiva	287
194.	Dívida e responsabilidade.....	287
195.	O devedor.....	289
196.	Espólio e sucessores.....	290
197.	O novo devedor.....	292
198.	Fiador judicial.....	293
199.	Fiador extrajudicial.....	294
200.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	296
201.	Responsável tributário.....	297
202.	Revelia do devedor e curador especial.....	300
§ 25.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução.....	302
203.	Litisconsórcio	302
204.	Assistência.....	303
205.	Denúnciação da lide	304
206.	Chamamento ao processo.....	305
§ 26.	Processo cumulativo.....	307
207.	Cumulação de execuções	307

208.	Cumulação sucessiva de execuções	309
209.	Cúmulo subjetivo.....	310

Capítulo X – Elementos Subjetivos (II)

§ 27.	O órgão judicial.....	311
210.	Juízo competente para a execução	311
211.	Execução de sentença	311
212.	Competência para execução de títulos extrajudiciais	312
213.	Competência para a execução fiscal	313
214.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	313
215.	Competência para deliberação sobre os atos executivos	314

Capítulo XI – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 28.	Objeto da atividade executiva	316
216.	Bens exequíveis.....	316
217.	Resquícios da execução pessoal	317
§ 29.	Responsabilidade patrimonial.....	318
218.	Obrigação e responsabilidade	318
219.	Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	320
220.	Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	321
221.	Responsabilidade executiva secundária	321
222.	Excussão de bens do sucessor singular	322
223.	Excussão de bens do sócio	325
224.	Desconsideração da personalidade jurídica	327
225.	Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	328
226.	Bens do devedor em poder de terceiros.....	329
227.	Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação ...	330
228.	Bens alienados em fraude à execução	331
229.	Casos de fraude de execução	333
230.	Fraude à execução e insolvência do devedor.....	338
231.	A fraude por meio de negócio financeiro	340
232.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude de execução	341
233.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	343
234.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	344
235.	Bens sujeitos ao direito de retenção.....	346
236.	Excussão de bens do fiador.....	347
237.	Bens de espólio	348
238.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície ...	348
239.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução	349

Capítulo XII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 30.	Execução de títulos extrajudiciais.....	352
-------	---	-----

240.	Execução de sentença e ação executiva.....	352
241.	Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	353
§ 31.	Títulos executivos extrajudiciais	354
242.	Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação.....	354
243.	Títulos cambiários e cambiariformes	356
244.	Duplicatas	357
245.	Responsáveis cambiários.....	358
246.	Documento público ou particular	360
247.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	361
248.	Contrato com convenção arbitral	361
249.	Confissões de dívida	362
250.	Contrato de abertura de crédito.....	363
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	365
252.	Execução hipotecária.....	367
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	370
254.	A hipoteca e a prescrição	371
255.	Classificação das garantias.....	371
	255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória.....	373
256.	Seguros	373
257.	Rendas imobiliárias	374
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios	374
259.	Encargo de condomínio.....	376
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública	376
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	380
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	381
263.	Títulos executivos definidos em outras leis.....	381
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	381
265.	Títulos estrangeiros.....	384

Capítulo XIII - Disposições Gerais

§ 32.	Regras pertinentes às diversas espécies de execução.....	385
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	385
267.	Direito de preferência gerado pela penhora	386
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora	389
269.	A petição inicial.....	389
270.	A documentação da petição inicial	390
271.	Outras providências a cargo do credor	391
272.	Obrigações alternativas	391
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação.....	392

274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada.....	392
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso ..	393
275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje.....	393
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada.....	395
277.	Medidas acautelatórias.....	395
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	396
279.	Efeito da averbação.....	397
280.	Abuso do direito de averbação.....	397
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	398
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes.....	399
282.	Execução e prescrição.....	399
283.	Nulidades no processo de execução.....	401
284.	Imperfeição do título executivo.....	401
285.	Falta de título executivo.....	401
286.	Nulidade da execução fiscal.....	402
287.	Vício da citação.....	403
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	404
289.	A arguição das nulidades.....	405
290.	A arrematação de bem gravado com direito real.....	406
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	407
292.	Execução realizável por vários meios.....	408
293.	Peculiaridades da citação executiva.....	409

Capítulo XIV – Execução para Entrega de Coisa

§ 33.	Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa.....	411
294.	Conceito.....	411
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa.....	412
296.	Procedimento.....	413
297.	Cominação de multa diária.....	415
298.	Regime dos embargos do executado.....	416
299.	Alienação da coisa devida.....	417
300.	Execução da obrigação substitutiva.....	418
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	419
302.	Embargos de retenção.....	420
303.	Execução para entrega de coisa incerta.....	421
304.	Medidas de coerção e apoio.....	422

Capítulo XV – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 34.	Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer.....	425
305.	O problema da execução das prestações de fato.....	425
306.	Fungibilidade das prestações.....	426
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação.....	427

308.	Distinções preliminares.....	429
309.	Princípios comuns	430
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	431
311.	Execução das prestações fungíveis.....	431
312.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	432
313.	Inadimplência do terceiro contratante	434
314.	Realização da prestação pelo próprio credor	435
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	436
316.	Autotutela prevista no novo Código Civil	436
317.	Execução das prestações infungíveis.....	438
318.	Execução das obrigações de não fazer.....	438

Capítulo XVI – Execução por Quantia Certa

§ 35.	Noções gerais.....	441
319.	O objetivo da execução por quantia certa	441
319-A.	Prestações vincendas	442
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....	443
321.	Espécies	444

Capítulo XVII – Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente

§ 36.	Fase de proposição.....	445
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	445
323.	Proposição.....	446
324.	Procedimento da penhora e avaliação	448
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado	449
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	450
327.	Redução da verba honorária.....	451
328.	Majoração da verba honorária	452

Capítulo XVIII – Fase de Instrução (I)

§ 37.	Penhora	453
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa.....	453
330.	Natureza jurídica da penhora.....	454
331.	Função da penhora	456
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	458
333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público	460
334.	Averbação da penhora no registro competente	463
335.	Lugar de realização da penhora	464
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução.....	464

§ 38.	Objeto da penhora	467
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	467
338.	Bens impenhoráveis.....	469
339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	478
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	478
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	479
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade	481
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	482
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar?	483
343.	Bens relativamente impenhoráveis.....	485
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	485
345.	Limites da penhora	488
346.	Valor dos bens penhoráveis	489
347.	Escolha dos bens a penhorar	489
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	490
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes.....	492
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado	493
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	494
352.	Situação dos bens a penhorar	495
353.	Bens fora da comarca.....	495
§ 39.	Realização e formalização da penhora	497
354.	Penhora pelo oficial de justiça.....	497
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro.....	498
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar	498
357.	Frustração da diligência	499
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	499
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	500
360.	Intimação de penhora	501
§ 40.	Penhoras especiais.....	504
361.	Particularidades da penhora de certos bens.....	504
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	504
363.	Impenhorabilidade do saldo bancário	510
364.	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais.....	512
365.	Penhora sobre créditos do executado.....	513
366.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	514
367.	Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	515
368.	Penhora no rosto dos autos	515
369.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	516
370.	Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	516
371.	Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas	517
372.	Penhora de direitos e ações	519
373.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	519

374.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária	520
375.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	521
376.	Penhora de navio ou aeronave	522
377.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa	522
378.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	523
379.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	525
380.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	526
381.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	528
382.	Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	531
383.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor	531
384.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	533
§ 41.	Alterações e resgate da penhora.....	535
385.	Modificações da penhora.....	535
386.	Substituição da penhora	536
387.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes	538
388.	Substituição por iniciativa do executado	539
389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	540
390.	Menor onerosidade para o executado	540
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	541
392.	Remição da execução por quantia certa	542
§ 42.	Depósito e administração dos bens penhorados	544
393.	Depósito dos bens penhorados	544
394.	Escolha do depositário	544
395.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	545
396.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	546
397.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	546
398.	Função do depositário.....	547
399.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	547
400.	Depositário comum e depositário administrador	548
401.	Responsabilidade do depositário	549
402.	Entrega de bens após a expropriação executiva.....	549
403.	Prisão civil do depositário judicial	551

Capítulo XIX – Fase de Instrução (II)

§ 43.	Expropriação.....	552
404.	Conceito	552
405.	Modalidades de expropriação	553
406.	Avaliação	554
407.	O encarregado da avaliação.....	555
408.	Laudo de avaliação.....	556
409.	Dispensa da avaliação.....	557

410.	Avaliação de bem imóvel	558
411.	Avaliação e contraditório	558
412.	Repetição da avaliação	558
413.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	561
§ 44.	Adjudicação	563
414.	Introdução.....	563
415.	Conceito de adjudicação	563
416.	Requisitos da adjudicação.....	565
417.	Intimação do executado	565
418.	Depósito do preço.....	566
419.	Legitimação para adjudicar	566
420.	Adjudicação por credor.....	568
421.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado	569
422.	Prazo para a adjudicação.....	570
423.	Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	571
424.	Auto de adjudicação	573
425.	Aperfeiçoamento da adjudicação.....	573
426.	Carta de adjudicação	573
427.	Remição do imóvel hipotecado.....	574
§ 45.	Alienação por iniciativa particular	576
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	576
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	578
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular	580
431.	Carta de alienação.....	581
§ 46.	Alienação em leilão judicial.....	583
432.	Conceito de leilão judicial e arrematação	583
433.	Espécies de hasta pública	584
434.	Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	585
435.	Edital do leilão	585
436.	Leiloeiro público	586
436-A.	Leilão eletrônico (particularidades)	588
437.	Publicidade do edital	589
438.	Intimação da alienação judicial ao devedor	589
439.	Outras intimações da alienação judicial	590
440.	Adiamento do leilão	593
441.	O leilão judicial	593
442.	Aquisição do bem leiloado a prazo.....	594
443.	Legitimação para arrematar.....	596
444.	Forma de pagamento e formalização da arrematação	598
445.	Auto de arrematação.....	599
446.	Arrematação de imóveis.....	600
447.	Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações.....	602

448.	Remédios contra os vícios da arrematação	603
449.	Desistência da arrematação	604
450.	Invalidade e ineficácia da arrematação no regime anterior	605
451.	Invalidade e ineficácia da arrematação no regime do NCPC	607
452.	Natureza da perda de efeitos da arrematação	608
453.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	611
454.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do NCPC	611
455.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	611
456.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial	612
457.	Carta de arrematação	613
458.	Arrematação e remição da execução	616
459.	Efeitos da arrematação	617
460.	Evicção e arrematação	618
461.	Vícios redibitórios	620
462.	Ação anulatória da arrematação	620
	462.1. Prazo para propositura da anulatória	621
463.	Remição dos bens arrematados	622
§ 47.	Apropriação de frutos e rendimentos	624
464.	Modalidade especial de expropriação	624
465.	Iniciativa	625
466.	Pressuposto	625
467.	Procedimento	625
468.	Pagamento ao exequente	625

Capítulo XX – Fase de Satisfação

§ 48.	Pagamento ao credor de quantia certa	626
469.	Satisfação do direito do exequente	626
470.	Última etapa do processo de execução	627
§ 49.	Pagamento por entrega do dinheiro	629
471.	Entrega do dinheiro	629
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	630
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	632
474.	Procedimento do concurso particular	634

Capítulo XXI – Execução Contra a Fazenda Pública

§ 50.	Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público	636
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa	636
476.	Defesa da Fazenda Pública	639
477.	Julgamento	641
477-A.	Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor	643

Capítulo XXII – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 51.	Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos....	645
478.	Introdução.....	645
479.	Execução autônoma da prestação alimentícia	645
479-A.	Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes.	646
480.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o NCPC	647
481.	Averbação em folha de pagamento.....	647
482.	Prisão civil do devedor.....	648
483.	Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos.....	649

Parte III – Oposição à Execução Forçada*Capítulo XXIII – Resistência do Devedor e de Terceiros*

§ 52.	Embargos à execução.....	651
484.	Resistência à execução.....	651
485.	Outros meios impugnativos	653
486.	Embargos e impugnação.....	654
487.	Natureza jurídica dos embargos à execução.....	658
488.	Classificação dos embargos do devedor.....	659
489.	Legitimação.....	659
490.	Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	661
491.	Competência.....	662
492.	Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	664
493.	Segurança do juízo.....	667
494.	Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	668
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	669
496.	Rejeição liminar dos embargos	670
497.	Procedimento	674
498.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	676
499.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	678
500.	Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	679
501.	Efeitos dos embargos sobre a execução.....	681
502.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	682
503.	Embargos parciais.....	684
504.	Embargos de um dos coexecutados.....	684
505.	Embargos fundados em excesso de execução	685
506.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	685
507.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	686
508.	Matéria arguível nos embargos à execução	686
509.	Arguição de nulidade da execução	687
510.	Vícios da penhora e da avaliação	689
511.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	690
512.	Retenção por benfeitorias	691
513.	Defesas próprias do processo de conhecimento	692

514.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente.....	694
515.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	694
516.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	695
517.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC.....	697
518.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do NCPC.....	697
519.	A posição especial do arrematante	698
520.	Exceção de pré-executividade	699
521.	Sucumbência na exceção de pré-executividade	701
§ 53.	Parcelamento judicial do crédito exequendo	703
522.	Moratória legal	703
523.	Requisitos para a obtenção do parcelamento.....	703
524.	Procedimento do incidente.....	705
525.	Indeferimento do parcelamento.....	707
526.	Descumprimento do parcelamento.....	707
§ 54.	Embargos de terceiro	709
527.	Visão geral.....	709
528.	Natureza da ação	710
529.	Legitimação ativa	711
530.	<i>Provocatio ad agendum</i>	713
531.	Legitimação passiva	713
532.	Valor da causa.....	713
533.	Competência.....	714
534.	Oportunidade	714
535.	Julgamento e recurso	714
536.	Procedimento	715
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar.....	715
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos	716
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	716
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	717

Parte IV – Insolvência Civil

Capítulo XXIV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 55.	Execução concursal.....	721
541.	Introdução	721
542.	Execução coletiva e execução singular	721
543.	Pressupostos da execução coletiva.....	723
544.	Efeitos da declaração de insolvência.....	725
545.	Características da execução coletiva.....	727
546.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	727
§ 56.	Primeira fase do processo de insolvência	729
547.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	729
548.	Caracterização da insolvência	731

§ 57.	Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo.....	733
549.	Legitimação.....	733
550.	Insolvência requerida pelo credor	734
551.	Caráter facultativo da ação concursal	736
552.	Insolvência de cônjuges.....	736
553.	Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	737
§ 58.	Procedimentos da execução coletiva	738
554.	Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	738
555.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	740
§ 59.	Competência para a execução concursal	744
556.	Competência.....	744
§ 60.	Sentença declaratória de insolvência.....	746
557.	Declaração judicial de insolvência.....	746
§ 61.	Administração da massa	748
558.	O administrador da massa.....	748
559.	Atribuições do administrador	750
§ 62.	Concurso de credores.....	751
560.	Verificação e classificação dos créditos.....	751
561.	Credores retardatários e credores sem título executivo	753
562.	Quadro geral de credores.....	754
§ 63.	Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo.....	756
563.	Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	756
564.	Encerramento e suspensão do processo.....	757
565.	Saldo devedor	758
566.	Extinção das obrigações	759
§ 64.	Disposições gerais	762
567.	Concordata civil	762
568.	Pensão para o devedor.....	763
569.	Insolvência de pessoas jurídicas.....	763
570.	Editais	764

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

Capítulo XXV – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 65.	Vicissitudes do Processo Executivo	767
571.	Suspensão da execução.....	767
572.	Casos de suspensão.....	769
573.	Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do NCPC.....	770
574.	Suspensão provocada por embargos	772
575.	Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	773
576.	Suspensão e prescrição intercorrente	773

577.	A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao NCPC	776
578.	Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	778
579.	Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	778
580.	Suspensão em razão do parcelamento do débito	779
581.	Efeitos da suspensão	779
582.	Extinção da execução	780
583.	Extinção por indeferimento da petição inicial.....	780
584.	Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	781
585.	Extinção da dívida por qualquer outro meio	781
586.	Extinção por renúncia	782
587.	Extinção pela prescrição intercorrente.....	782
588.	Outros casos de extinção da execução	782
589.	Sentença de extinção	784
590.	Coisa julgada	785
§ 66.	Recursos no processo de execução	788
591.	O problema recursal na execução.....	788
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	788
593.	Casos de cabimento da apelação.....	789
594.	Casos de agravo de instrumento.....	790
595.	Efeitos dos recursos	790
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	791
597.	Causas de alçada.....	792
598.	Recursos extraordinário e especial	792

Parte VI – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXVI – Noções Gerais

§ 67.	O Processo nos Tribunais	793
599.	Duplo grau de jurisdição.....	793
600.	Competência dos tribunais.....	794
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	794
602.	Casos de competência originária dos tribunais	795
603.	Posição da matéria no novo Código de Processo Civil.....	798
604.	O funcionamento dos tribunais	799
605.	O sistema de julgamento dos tribunais	800
606.	A relevante função do relator	800
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	803
§ 68.	Valorização da jurisprudência.....	818
608.	A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	818
609.	Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais..	819
610.	Características do sistema sumular	820
611.	A posição do novo CPC sobre a força normativa da jurisprudência.....	821
612.	Uniformização da jurisprudência e causas de massa	825

613.	Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes	827
613.1.	Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante.....	830
614.	Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências.....	832
615.	Publicidade e alteração da jurisprudência	833
616.	A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais	834
616.1.	A reclamação para o STJ após o advento do NCPC	837
617.	Súmula jurisprudencial	839
618.	Súmula vinculante.....	839
619.	Regulamentação da súmula vinculante.....	840
§ 69.	Incidente de assunção de competência	845
620.	Conceito	845
621.	Pressupostos.....	846
622.	Procedimento	846
623.	Efeitos da decisão	847
§ 70.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	848
624.	O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	848
625.	Regulamentação legal.....	849
626.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	850
627.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	851
628.	Iniciativa de arguição.....	851
629.	Momento da arguição	851
630.	Competência para apreciar o cabimento do incidente	852
631.	O julgamento da arguição.....	852
§ 71.	Conflito de Competência.....	855
632.	Conflito de competência	855
§ 72.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória.....	857
633.	A eficácia da decisão estrangeira	857
634.	O sistema nacional.....	858
635.	A homologação da decisão estrangeira.....	858
636.	Decisões estrangeiras homologáveis.....	859
637.	Decisões estrangeiras que dispensam homologação	861
638.	Homologação parcial da decisão estrangeira	862
639.	Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	863
640.	Natureza da decisão homologatória	864
641.	O procedimento da homologação	865
642.	A execução	867
643.	Pedidos de urgência	867
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	868
645.	Execução de medida de urgência estrangeira	868
646.	Procedimento do <i>exequatur</i>	868
§ 73.	Ação Rescisória	870
647.	Conceito	870

648.	Pressupostos.....	873
649.	Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial	877
650.	Decisões terminativas rescindíveis	878
651.	Rescisão parcial	881
652.	Casos de admissibilidade da rescisória	881
653.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	882
654.	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II).....	883
655.	Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	884
656.	Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	886
657.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	887
658.	Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V).....	889
658-A.	Natureza da norma violada.....	893
659.	Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência	893
660.	Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V).....	895
660-A.	Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF.....	898
660-B.	Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF.....	899
660-C.	Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ.....	899
661.	Falsidade de prova (art. 966, VI).....	900
662.	Prova nova (art. 966, VII)	901
663.	Erro de fato (art. 966, VIII).....	903
664.	Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	905
664-A.	Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória	906
664-B.	Autocomposição e título executivo judicial.....	908
665.	Atos sujeitos à ação anulatória	909
666.	Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória	910
667.	Fundamentos da ação anulatória	911
668.	Prazo para ajuizamento da ação.....	911
669.	Natureza da ação	911
670.	Sentença homologatória em processo contencioso.....	911
670-A.	Anulação e rescisão de partilha.....	913
671.	Legitimação	913
672.	Legitimação do Ministério Público	915
673.	Legitimação passiva	916
674.	Citação tardia do litisconsorte necessário	918
675.	Rescisão de decisão objetivamente complexa	919
676.	Caução	919
677.	Competência.....	919
678.	O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	922
678-A.	Valor da causa.....	923
678-B.	Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida.....	923
679.	Multa de 5% sobre o valor da causa.....	925
680.	A execução da sentença rescindenda	926
681.	Indeferimento da inicial.....	927

682.	Procedimento	928
682-A.	Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	931
683.	Natureza e conteúdo da decisão	933
684.	A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	934
685.	Preservação de efeitos da sentença rescindida	937
686.	Rescisória de rescisória	938
687.	Prazo de propositura da ação rescisória.....	939
688.	Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	940
689.	A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça	946
690.	Contagem do prazo	947
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	950
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória	950
693.	Sentença nula de pleno direito	952
§ 74.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	957
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	957
695.	Natureza jurídica do incidente	958
696.	Força de coisa julgada e força executiva.....	959
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas	960
697.	Cabimento do incidente	961
698.	Objetivos do incidente	963
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.....	964
700.	Legitimidade para a promoção do incidente	965
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau	966
702.	Desistência ou abandono do processo	966
703.	Participação do Ministério Público	967
704.	Competência	967
705.	Detalhes do procedimento	968
	705.1. Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência	973
706.	Força vinculante da decisão do incidente	974
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção	975
707.	Publicidade especial	976
708.	Recursos	976
709.	Reclamação	978
710.	Revisão da tese firmada no incidente	979
§ 75.	Reclamação	981
711.	Histórico.....	981
712.	Natureza da reclamação	983
713.	Cabimento.....	983
714.	Legitimidade.....	987
715.	Procedimento	988

Parte VII – Recursos*Capítulo XXVII – Sistema Recursal do Processo Civil*

§ 76.	Recursos	991
716.	Conceito	991
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais	992
718.	Classificação dos recursos.....	993
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso	997
720.	Atos sujeitos a recurso	998
721.	Recursos admissíveis	999
722.	Reclamação	1001
723.	Correição parcial.....	1001
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	1002
§ 77.	Princípios gerais dos recursos	1004
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	1004
726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis	1006
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	1006
728.	Princípio da taxatividade	1010
729.	Princípio da singularidade.....	1011
730.	Princípio da fungibilidade	1013
731.	Princípio da dialeticidade	1015
732.	Princípio da voluntariedade	1016
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	1017
734.	Princípio da complementariedade: inaplicabilidade aos recursos civis.....	1017
735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	1018
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do NCPC	1019
737.	Princípio da consumação.....	1021
§ 78.	Disposições gerais relativas aos recursos civis	1023
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	1023
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos.....	1024
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis	1025
741.	Tempestividade do recurso	1025
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado	1030
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes	1032
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	1034
745.	Legitimação para recorrer.....	1035
746.	Particularidades do recurso de terceiro	1039
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	1042
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente	1042
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	1043

750.	Singularidade do recurso	1044
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos	1044
752.	Preparo	1045
753.	Motivação e forma	1048
754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos	1050
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença	1052
756.	Recurso adesivo	1053
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	1055
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	1058
§ 79.	Efeitos da interposição do recurso	1060
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo	1060
760.	Efeito substitutivo	1060
761.	Efeito translativo	1061
762.	Efeito expansivo	1064
§ 80.	A Apelação	1065
763.	Conceito	1065
764.	O novo CPC e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença	1066
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento	1067
766.	Interposição da apelação	1067
767.	Efeitos da apelação	1069
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	1075
769.	Questão de fato e questão de direito	1077
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013	1078
770-A.	Posição consolidada do STJ	1080
771.	Prescrição e decadência	1081
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo	1082
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	1083
774.	Recebimento da apelação	1084
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	1086
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator	1087
777.	Deserção	1088
778.	Prazo para interposição da apelação	1089
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração	1090
780.	Julgamento em segunda instância	1090
§ 81.	Agravo de instrumento	1093
781.	Conceito	1093
782.	Espécies de agravo	1094
783.	Recorribilidade das decisões interlocutórias	1096

783-A.	Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	1098
784.	Agravo de instrumento	1099
785.	Prazo de interposição	1101
786.	Formação do instrumento do agravo.....	1102
787.	Efeitos do agravo de instrumento	1104
788.	Processamento do agravo de instrumento.....	1105
789.	O contraditório.....	1108
790.	Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	1110
791.	Julgamento do recurso pelo colegiado	1110
792.	Encerramento do feito	1111
793.	Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	1111
§ 82.	Agravo interno	1115
794.	Conceito	1115
795.	Procedimento	1115
796.	Efeitos do agravo interno	1117
797.	Sustentação oral.....	1117
798.	Fungibilidade.....	1117
§ 83.	Embargos de Declaração.....	1120
799.	Conceito e cabimento.....	1120
800.	Pressupostos dos embargos de declaração.....	1121
801.	Obscuridade no julgamento	1122
802.	Contradição	1123
803.	Omissão	1124
804.	Hipóteses de omissão	1127
805.	Erro material.....	1128
806.	Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	1130
807.	Procedimento	1133
808.	Prequestionamento	1134
809.	Efeito interruptivo.....	1135
810.	Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	1138
811.	Efeito suspensivo especial	1139
811-A.	Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	1140
812.	Efeito integrativo.....	1141
813.	Embargôs manifestamente protelatórios	1142

*Capítulo XXVIII – Recursos para o Supremo Tribunal Federal
e para o Superior Tribunal de Justiça*

§ 84.	Recurso ordinário	1146
814.	Introito.....	1146
815.	Recurso ordinário para o STF	1147
816.	Recurso ordinário para o STJ	1149
§ 85.	Recurso extraordinário e especial.....	1153
817.	Recurso extraordinário	1153

818.	Pressupostos do recurso extraordinário	1154
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário	1158
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	1160
821.	Procedimento no STF.....	1162
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral	1163
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF	1166
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral	1167
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral.....	1168
826.	Função do recurso extraordinário	1169
827.	Efeitos do recurso extraordinário	1170
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	1173
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ	1176
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	1177
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa	1178
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão	1181
833.	Poderes do relator	1183
834.	Recurso especial para o STJ.....	1184
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	1186
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	1187
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	1194
837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	1195
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	1197
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	1197
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário	1198
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	1199
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	1200
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário...	1202
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	1203
§ 86.	Recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1206
843.	Introdução.....	1206
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1207
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem.....	1209
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais.....	1212
847.	Desistência do recurso padrão	1212
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF	1214
849.	Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	1219
849-A.	Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1221
850.	Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1222

§ 87.	Agravo em recurso especial e extraordinário.....	1224
851.	O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1224
852.	Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem.....	1225
853.	Interposição e contraditório.....	1225
854.	Remessa à Corte Superior.....	1226
855.	Julgamento.....	1226
856.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1226
§ 88.	Embargos de divergência no stf e no stj.....	1228
857.	Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1228
858.	Alguns problemas superados pelo NCPC.....	1230
859.	Procedimento no STJ.....	1232
860.	Procedimento no STF.....	1233
§ 89.	O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores.....	1235
861.	Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos.....	1235
862.	Ampliação da força vinculante da jurisprudência.....	1239
§ 90.	Direito intertemporal em matéria de recursos.....	1240
863.	Posição do novo Código.....	1240
864.	Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos.....	1240
§ 91.	Disposições finais e transitórias.....	1244
865.	Direito intertemporal.....	1244
866.	Direito probatório.....	1247
867.	Procedimento comum como regra geral.....	1247
868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1247
869.	Execução contra devedor insolvente.....	1248
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1248
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1249
872.	Depósito judicial.....	1249
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1250
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis.....	1250
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral.....	1251
876.	Alteração do Código Civil.....	1251
877.	Conselho Nacional de Justiça.....	1252
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1252
879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião.....	1252
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião.....	1254
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis.....	1255
881.	Situação especial em relação ao Código Civil.....	1262
882.	Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil.....	1262
Bibliografia.....		1265

Índice Onomástico	1289
Índice Alfabético de Assuntos	1295
Índice dos Fluxogramas	1329